

RELATÓRIO ANUAL 2020



Votuporanga/SP, 29 de março de 2021.

Ao Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Instrução Normativa nº 54, de 7/12/2020, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2020
Documentos:	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Balanço Patrimonial ✓ Demonstração do Resultado ✓ Demonstração do Resultado Abrangente ✓ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ✓ Demonstração dos Fluxos de Caixa ✓ Notas Explicativas ✓ Relatório de Auditoria Independente ✓ Relatório da Administração
Data publicação:	30/03/2021
Sítio eletrônico publicação:	https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcredlider

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER – SICOOB CREDLÍDER
CNPJ: 05.463.934/0001-83

Idineu Possoni Júnior
Diretor Responsável pela Contabilidade

Michele Aparecida Tavares Pinto

Michele Aparecida Tavares Pinto
Contadora/CRC – 1SP260623/O-9

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		99.914.979,48	62.086.134,18
Circulante		80.390.623,99	49.060.316,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	63.147.340,89	33.083.537,83
Disponibilidades		968.691,16	1.198.274,94
Centralização Financeira - Cooperativas	6	58.532.472,19	5.898.439,70
Títulos e Valores Mobiliários	5	3.646.177,54	25.986.823,19
Instrumentos Financeiros		-	2.000.000,00
Títulos e Valores Mobiliários		-	2.000.000,00
Operações de Crédito	7	16.094.055,62	12.834.207,39
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		12.146.435,93	8.842.724,62
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(830.746,75)	(846.413,67)
Financiamentos		85.212,06	7.233,53
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(809,69)	(72,34)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		4.731.513,65	5.198.160,34
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(37.549,58)	(367.425,09)
Outros Créditos	8	92.284,27	84.272,67
Créditos por Avais e Fianças Honradas		78.412,67	160.325,45
Rendas a Receber		50.349,21	11.946,83
Diversos		17.242,33	31.439,09
Devedores por Depósitos em Garantia		900,00	900,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		22.269,53	12.150,31
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(76.889,47)	(132.489,01)
Outros Valores e Bens	9	1.056.943,21	1.058.298,81
Outros Valores e Bens		1.049.734,50	1.049.734,50
Despesas Antecipadas		7.208,71	8.564,31
Não Circulante		19.524.355,49	13.025.817,48
Realizável a Longo Prazo		14.799.999,85	8.306.380,47
Operações de Crédito	7	14.799.999,85	8.306.380,47
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		10.006.944,14	5.272.647,22
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(936.216,22)	(608.692,04)
Financiamentos		128.267,15	6.349,93
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(848,37)	(63,49)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.712.128,82	3.694.602,64
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(110.275,67)	(58.463,79)
Permanente		4.724.355,64	4.719.437,01
Investimentos	10	1.094.893,32	1.017.690,23
Participação em Cooperativa Central de Crédito		1.094.463,32	1.017.690,23
Outras Participações		430,00	-
Imobilizado de Uso	11	3.599.559,96	3.667.207,98
Imobilizado de Uso		4.852.424,87	4.746.614,01
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(1.252.864,91)	(1.079.406,03)
Intangível		29.902,36	34.538,80
Ativos Intangíveis		132.363,85	118.416,11
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(102.461,49)	(83.877,31)
Total do Ativo		99.914.979,48	62.086.134,18
PASSIVO		82.970.168,84	47.199.298,00
Circulante		77.257.299,00	41.335.834,75
Depósitos	12	65.564.383,09	34.918.767,90
Depósitos à Vista		38.064.427,82	14.993.671,95
Depósitos à Prazo		27.499.955,27	19.925.095,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	609.583,82	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário		609.583,82	-
Relações Interfinanceiras	14	4.724.750,14	2.822.792,78
Repasses Interfinanceiros		4.724.750,14	2.822.792,78
Relações Interdependências	15	4.331.016,00	1.919.728,35
Recursos em Trânsito de Terceiros		4.331.016,00	1.919.728,35
Outras Obrigações	16	2.027.565,95	1.674.545,72
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.760,65	4.902,38
Sociais e Estatutárias	16.1	1.293.577,09	1.045.140,83
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.2	102.932,15	137.724,04
Diversas	16.3	629.296,06	486.778,47
Não Circulante		5.712.869,84	5.863.463,25
Relações Interfinanceiras	14	5.708.420,21	5.853.454,20
Repasses Interfinanceiros		5.708.420,21	5.853.454,20
Outras Obrigações	16	4.449,63	10.009,05
Diversas	16.3	4.449,63	4.009,05
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	16.3	-	6.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	16.944.810,64	14.886.836,18
Capital Social		9.466.642,32	9.240.086,84
De Domiciliados No País		9.679.652,32	9.418.766,84
(-) Capital A Realizar		(213.010,00)	(178.680,00)
Reserva de Sobras		7.092.606,43	5.493.480,46
Sobras ou Perdas Acumuladas		385.561,89	153.268,88
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		99.914.979,48	62.086.134,18

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		3.484.762,18	6.974.456,57	3.616.289,71	7.041.119,47
Operações de Crédito	21	2.923.922,28	5.796.274,29	2.749.552,25	5.339.839,24
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		24.812,39	437.822,54	743.872,74	1.463.589,61
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		536.027,51	740.359,74	122.864,72	237.690,62
Dispêndio da Intermediação Financeira	22	(1.187.754,93)	(2.343.759,96)	(1.630.057,27)	(3.846.813,03)
Operações de Captação no Mercado		(411.098,00)	(836.650,05)	(600.322,41)	(1.130.319,15)
Operações de Empréstimos e Repasses		(272.072,24)	(576.657,60)	(272.165,52)	(528.453,89)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(504.584,69)	(930.452,31)	(757.569,34)	(2.188.039,99)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.297.007,25	4.630.696,61	1.986.232,44	3.194.306,44
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(1.271.693,93)	(2.451.939,23)	(1.136.102,93)	(2.161.382,90)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	23	341.503,82	691.881,84	423.757,41	890.232,55
Rendas (Ingressos) de Tarifas	24	200.757,95	404.657,84	208.647,80	398.736,40
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	25	(1.190.751,81)	(2.305.542,08)	(1.027.040,54)	(2.056.668,00)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	26	(1.025.526,38)	(2.148.714,15)	(1.118.051,31)	(2.198.213,80)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(15.089,89)	(40.633,79)	(25.766,28)	(61.555,08)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	27	454.091,23	993.425,41	382.017,71	799.973,83
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	28	(35.509,21)	(65.699,12)	(13.792,35)	(26.472,25)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		-	6.000,00	(6.000,00)	(6.000,00)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(1.169,64)	12.684,82	40.124,63	98.583,45
Resultado Operacional		1.025.313,32	2.178.757,38	850.129,51	1.032.923,54
Outras Receitas e Despesas	29	2.574,92	26.665,26	1.550,00	(28.450,00)
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	22.000,00	-	-
Outras Receitas		2.670,00	4.760,34	1.550,00	1.550,00
Outras Despesas		(95,08)	(95,08)	-	(30.000,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações		1.027.888,24	2.205.422,64	851.679,51	1.004.473,54
Imposto de Rendas		5.029,03	-	(16.882,03)	(25.276,85)
Contribuição Social		(820,68)	(6.059,26)	(44.100,63)	(50.659,04)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.032.096,59	2.199.363,38	790.696,85	928.537,65
Destinações Legais e Estatutárias	18.d	-	(1.560.099,53)	-	(613.075,52)
FATES		-	(114.242,44)	-	(38.317,22)
Reserva Legal		-	(1.445.857,09)	-	(574.758,30)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.032.096,59	639.263,85	790.696,85	315.462,13
Juros ao Capital	20	(253.701,96)	(253.701,96)	(162.193,25)	(162.193,25)
Sobras/Perdas Líquidas		778.394,63	385.561,89	628.503,60	153.268,88
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		-	-	-	-

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		1.032.096,59	2.199.363,38	790.696,85	928.537,65
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		1.032.096,59	2.199.363,38	790.696,85	928.537,65

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMONIO LIQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2018		9.316.949,66	(118.620,00)	4.584.160,15	334.562,01	14.117.051,82
Constituição de Reservas		-	-	334.562,01	(334.562,01)	-
Por Subscrição/Realização		754.993,74	(60.060,00)	-	-	694.933,74
Por Devolução (-)		(808.409,28)	-	-	-	(808.409,28)
Estorno de Capital		(25,00)	-	-	-	(25,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	928.537,65	928.537,65
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(162.193,25)	(162.193,25)
Juros ao Capital		155.345,79	-	-	-	155.345,79
IRRF sobre Juros ao Capital		(88,07)	-	-	-	(88,07)
Fundo de Reserva		-	-	574.758,30	(574.758,30)	-
F A T E S		-	-	-	(38.317,22)	(38.317,22)
Saldo em 31/12/2019		9.418.766,84	(178.680,00)	5.493.480,46	153.268,88	14.886.836,18
Constituição de Reservas		-	-	153.268,88	(153.268,88)	-
Por Subscrição/Realização		791.847,13	(34.330,00)	-	-	757.517,13
Por Devolução (-)		(773.328,97)	-	-	-	(773.328,97)
Estorno de Capital		(680,00)	-	-	-	(680,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	2.199.363,38	2.199.363,38
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(253.701,96)	(253.701,96)
Juros ao Capital		243.856,97	-	-	-	243.856,97
IRRF sobre Juros ao Capital		(809,65)	-	-	-	(809,65)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(17.851,97)	(17.851,97)
Fundo de Reserva		-	-	1.445.857,09	(1.445.857,09)	-
F A T E S		-	-	-	(96.390,47)	(96.390,47)
Saldo em 31/12/2020		9.679.652,32	(213.010,00)	7.092.606,43	385.561,89	16.944.810,64
Saldo em 30/06/2019		9.491.305,98	(143.605,00)	4.918.722,16	137.840,80	14.404.263,94
Por Subscrição/Realização		350.377,37	(35.075,00)	-	-	315.302,37
Por Devolução (-)		(578.149,23)	-	-	-	(578.149,23)
Estorno de Capital		(25,00)	-	-	-	(25,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	790.696,85	790.696,85
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(162.193,25)	(162.193,25)
Juros ao Capital		155.345,79	-	-	-	155.345,79
IRRF sobre Juros ao Capital		(88,07)	-	-	-	(88,07)
Fundo de Reserva		-	-	574.758,30	(574.758,30)	-
F A T E S		-	-	-	(38.317,22)	(38.317,22)
Saldo em 31/12/2019		9.418.766,84	(178.680,00)	5.493.480,46	153.268,88	14.886.836,18
Saldo em 30/06/2020		9.302.748,40	(196.035,00)	5.646.749,34	1.167.266,79	15.920.729,53
Por Subscrição/Realização		362.087,00	(16.975,00)	-	-	345.112,00
Por Devolução (-)		(227.550,40)	-	-	-	(227.550,40)
Estorno de Capital		(680,00)	-	-	-	(680,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	1.032.096,59	1.032.096,59
Provisão de Juros ao Capital		-	-	-	(253.701,96)	(253.701,96)
Juros ao Capital		243.856,97	-	-	-	243.856,97
IRRF sobre Juros ao Capital		(809,65)	-	-	-	(809,65)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	(17.851,97)	(17.851,97)
Fundo de Reserva		-	-	1.445.857,09	(1.445.857,09)	-
F A T E S		-	-	-	(96.390,47)	(96.390,47)
Saldo em 31/12/2020		9.679.652,32	(213.010,00)	7.092.606,43	385.561,89	16.944.810,64

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER
SICOOB CREDLÍDER
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.032.096,59	2.199.363,38	790.696,85	928.537,65
Juros ao Capital Recebido		(28.692,00)	(28.692,00)	(55.693,77)	(55.693,77)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(31.073,47)	-	(52.310,98)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		504.584,69	930.452,31	757.569,34	2.188.039,99
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		67.857,16	124.960,64	77.645,94	185.960,40
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	-	6.000,00	6.000,00
Depreciações e Amortizações		112.590,80	220.043,06	107.804,86	226.176,57
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		1.688.437,24	3.415.053,92	1.684.023,22	3.426.709,86
Títulos e Valores Mobiliários		2.020.365,15	2.000.000,00	(1.505.830,14)	1.091.974,29
Operações de Crédito		(4.958.200,70)	(10.683.919,92)	(868.135,66)	(5.915.416,09)
Outros Créditos		23.037,86	(8.011,60)	(12.553,71)	(24.842,93)
Outros Valores e Bens		13.356,37	1.355,60	11.511,45	(1.719,83)
Depósitos à Vista		17.167.648,11	23.070.755,87	2.010.328,40	287.925,51
Depósitos à Prazo		(12.338.886,33)	7.574.859,32	(692.241,24)	4.702.435,81
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário		609.583,82	609.583,82	-	-
Relações Interdependências		4.330.380,43	2.411.287,65	1.919.043,12	(12.837,09)
Relações Interfinanceiras		535.556,86	1.756.923,37	1.450.260,16	2.246.964,53
Outras Obrigações		(126.418,90)	(25.142,53)	(63.224,32)	(109.780,85)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		(17.851,97)	(17.851,97)	-	-
FATES Sobras Exercício		(96.390,47)	(96.390,47)	(38.317,22)	(38.317,22)
Imposto de Renda		5.029,03	-	(16.882,03)	(25.276,85)
Contribuição Social		(820,68)	(6.059,26)	(44.100,63)	(50.659,04)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		8.854.825,82	30.002.443,80	3.833.881,40	5.577.160,10
Distribuição Sobras da Central		-	31.073,47	-	52.310,98
Recebimento de Juros ao Capital		28.692,00	28.692,00	55.693,77	55.693,77
Aquisição de Intangível		214,69	(2.436,45)	(0,00)	(0,00)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(71.481,59)	(145.322,15)	(5.193,00)	(8.105,13)
Aquisição de investimentos		(37.633,84)	(77.203,09)	(64.181,55)	(124.522,07)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(80.208,74)	(165.196,22)	(13.680,78)	(24.622,45)
Aumento por Novos Aportes de Capital		345.112,00	757.517,13	315.302,37	694.933,74
Devolução de Capital à Cooperados		(227.550,40)	(773.328,97)	(578.149,23)	(808.409,28)
Estorno/Cancelamento de Capital		(680,00)	(680,00)	(25,00)	(25,00)
Juros ao Capital pago		243.856,97	243.856,97	155.345,79	155.345,79
IRRF sobre Juros ao Capital		(809,65)	(809,65)	(88,07)	(88,07)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		359.928,92	226.555,48	(107.614,14)	41.757,18
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.134.546,00	30.063.803,06	3.712.586,48	5.594.294,83
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		54.012.794,89	33.083.537,83	29.370.951,35	27.489.243,00
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	63.147.340,89	63.147.340,89	33.083.537,83	33.083.537,83
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.134.546,00	30.063.803,06	3.712.586,48	5.594.294,83

COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER – SICOOB CREDLÍDER**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019****1. Contexto operacional**

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER - SICOOB CREDLÍDER**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **22/04/2002**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDLÍDER**, possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **VOTUPORANGA - SP, VALENTIM GENTIL - SP, GENERAL SALGADO - SP.**

O **SICOOB CREDLÍDER** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/03/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação**a) Mudanças em vigor**

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB SP**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	968.691,16	1.198.274,94
Títulos e valores mobiliários (mantidos no curto prazo)	3.646.177,54	25.986.823,19
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	58.532.472,19	5.898.439,70
TOTAL	63.147.340,89	33.083.537,83

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015. No decorrer do primeiro semestre de 2020, ocorreu a transferência de recursos aplicados em Títulos e Valores Mobiliários – DI, para a Centralização Financeira (salvo as aplicações que tratam de garantias), alterando também, a remuneração diária de 95% do CDI do dia para 100% do CDI dia. (Nota 6).

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020 e de 2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de renda fixa	3.646.177,54	-	25.986.823,19	2.000.000,00
TOTAL	3.646.177,54	-	27.986.823,19	2.000.000,00

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Sicoob SP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Foi registrado no resultado do exercício, em ingressos de intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, rendimentos no montante de R\$ 437.822,54 (R\$ 1.463.589,61 em 2019).

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2020 e de 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Centralização financeira – cooperativas	58.532.472,19	5.898.439,70
TOTAL	58.532.472,19	5.898.439,70

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob SP, conforme determinado no art. 24 da Resolução CMN nº 4.434/2015. A centralização financeira é remunerada pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Foram registrados no resultado do exercício em ingressos de depósitos intercooperativos, rendimentos no montante de R\$ 740.359,74 (R\$ 237.690,62 em 2019).

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e títulos descontados	12.146.435,93	10.006.944,14	22.153.380,07	14.115.371,84
Financiamentos	85.212,06	128.267,15	213.479,21	13.583,46
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.731.513,65	5.712.128,82	10.443.642,47	8.892.762,98
Total de operações de crédito	16.963.161,64	15.847.340,11	32.810.501,75	23.021.718,28
(-) Provisões para operações de crédito	(869.106,02)	(1.047.340,26)	(1.916.446,28)	(1.881.130,42)
TOTAL	16.094.055,62	14.799.999,85	30.894.055,47	21.140.587,86

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	1.052.133,76	-	1.439.842,76	2.491.976,52	-	216.300,51	-
A 0,5% Normal	5.192.491,80	182.815,20	3.485.709,83	8.861.016,83	(44.305,08)	6.262.141,27	(31.310,71)
B 1% Normal	7.941.095,60	8.797,15	4.490.648,11	12.440.540,86	(124.405,41)	6.043.937,74	(60.439,38)
B 1% Vencidas	16.864,89	-	-	16.864,89	(168,65)	26.260,08	(262,60)
C 3% Normal	3.676.194,23	21.866,86	670.284,89	4.368.345,98	(131.050,38)	5.965.135,44	(178.954,06)
C 3% Vencidas	58.535,88	-	-	58.535,88	(1.756,08)	109.467,43	(3.284,02)
D 10% Normal	1.603.070,98	-	208.826,81	1.811.897,79	(181.189,78)	1.956.633,06	(195.663,31)
D 10% Vencidas	17.614,62	-	-	17.614,62	(1.761,46)	110.952,33	(11.095,23)
E 30% Normal	925.945,70	-	148.330,07	1.074.275,77	(322.282,73)	548.609,00	(164.582,70)
E 30% Vencidas	128.801,94	-	-	128.801,94	(38.640,58)	155.811,08	(46.743,32)
F 50% Normal	205.965,32	-	-	205.965,32	(102.982,66)	416.555,37	(208.277,69)
F 50% Vencidas	597.804,71	-	-	597.804,71	(298.902,36)	234.306,59	(117.153,30)
G 70% Normal	62.962,60	-	-	62.962,60	(44.073,82)	18.658,33	(13.060,83)
G 70% Vencidas	163.238,24	-	-	163.238,24	(114.267,49)	355.489,81	(248.843,03)
H 100% Normal	104.965,49	-	-	104.965,49	(104.965,49)	131.106,49	(131.106,49)
H 100% Vencidas	405.694,31	-	-	405.694,31	(405.694,31)	470.353,75	(470.353,75)
Total Normal	20.764.825,48	213.479,21	10.443.642,47	31.421.947,16	(1.055.255,35)	21.559.077,21	(983.395,17)
Total Vencidos	1.388.554,59	-	-	1.388.554,59	(861.190,93)	1.462.641,07	(897.735,25)
Total Geral	22.153.380,07	213.479,21	10.443.642,47	32.810.501,75	(1.916.446,28)	23.021.718,28	(1.881.130,42)
Provisões	(1.766.962,97)	(1.658,06)	(147.825,25)	(1.916.446,28)	-	(1.881.130,42)	-
Total Líquido	20.386.417,10	211.821,15	10.295.817,22	30.894.055,47	-	21.140.587,86	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	7.670.908,55	4.475.527,38	10.006.944,14	22.153.380,07
Financiamentos	19.979,56	65.232,50	128.267,15	213.479,21
Financiamentos rurais e agroindustriais	422.974,30	4.308.539,35	5.712.128,82	10.443.642,47
TOTAL	8.113.862,41	8.849.299,23	15.847.340,11	32.810.501,75

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor privado - Comércio	849.873,61	-	-	849.873,61	3,00%
Setor privado - Indústria	373.559,31	-	-	373.559,31	1,00%
Setor privado - Serviços	14.681.991,30	172.429,15	-	14.854.420,45	45,00%
Pessoa física	5.393.156,04	41.050,06	10.443.642,47	15.877.848,57	48,00%
Outros	854.799,81	-	-	854.799,81	3,00%
TOTAL	22.153.380,07	213.479,21	10.443.642,47	32.810.501,75	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(1.881.130,42)	(890.860,00)
Constituições/reversões	(834.146,15)	(1.898.822,42)
Transferência para prejuízo	798.830,29	908.553,00
TOTAL	(1.916.446,28)	(1.881.130,42)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior devedor	1.999.906,62	6,00%	935.312,27	4,00%
10 Maiores devedores	9.563.631,92	29,00%	5.514.069,18	24,00%
50 Maiores devedores	20.965.160,04	64,00%	15.042.537,44	65,00%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	3.391.715,40	2.386.771,67
Valor das operações transferidas no período	950.735,99	1.159.188,60

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valor das operações recuperadas no período	(231.592,10)	(150.404,33)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.566,80)	(3.840,54)
TOTAL	4.109.292,49	3.391.715,40

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 13.326.644,01**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Avais e fianças honrados (a)	78.412,67	160.325,45
Rendas a Receber (b)		
Serviços prestados a receber	47.886,93	9.692,01
Outras rendas a receber	2.462,28	2.254,82
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	8.415,48	796,03
Devedores por depósitos em garantia	900,00	900,00
Impostos e contribuições a compensar (c)	22.269,53	12.150,31
Títulos e créditos a receber (d)	1.559,70	5.244,50
Devedores diversos – país (e)	7.267,15	25.398,56
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(76.889,47)	(132.489,01)
TOTAL	92.284,27	84.272,67

(a) O saldo de avais e fianças honrados refere-se a operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob S/A, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Em rendas a receber estão registrados os valores referentes aos convênios com bancos e empresas para recebimento de contas como: energia elétrica, saneamento, telecomunicações, tributos municipais, estaduais e federais, entre outros, de liquidez dentro de 90 dias.

(c) Em impostos e contribuições a compensar estão registrados substancialmente, os valores a recuperar de imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real.

(d) Em títulos e créditos a receber estão registrados os valores a receber de tarifas.

(e) Em devedores diversos estão registradas pendências a regularizar, substancialmente, na compensação, aguardando liquidação financeira.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio (a)	1.049.734,50	1.049.734,50
Despesas antecipadas (b)	7.208,71	8.564,31
TOTAL	1.056.943,21	1.058.298,81

(a) Em bens não de uso próprio está registrado a compra de um terreno para uso da cooperativa, reclassificados para este grupo, após o prazo de 3 anos para início da construção pela administração.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, os prêmios de seguros e contribuição cooperativista.

10. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em cooperativa central de crédito (a)	1.094.463,32	1.017.690,23
Outras participações	430,00	-
TOTAL	1.094.893,32	1.017.690,23

(a) Refere-se a cotas de capital na Central Sicoob SP.

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em curso (a)		40.739,55	-
Edificações	4%	4.000.000,00	4.000.000,00
(-) Depreciação acum. imóveis de uso – edificações		(656.444,28)	(496.444,32)
Instalações	10%	97.424,44	72.924,44
(-) Depreciação acumulada de instalações		(53.701,94)	(45.895,53)
Móveis e equipamentos de uso	10%	328.906,13	297.287,88
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(253.122,35)	(204.903,05)
Sistema de comunicação	20%	15.241,17	13.963,17
Sistema de processamento de dados	20%	201.145,75	229.815,49
Sistema de segurança	10%	106.467,83	104.623,03
Sistema de transporte	20%	62.500,00	28.000,00
(-) Depreciação acum. outras imobilizações de uso		(289.596,34)	(332.163,13)
TOTAL		3.599.559,96	3.667.207,98

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à vista	38.064.427,82		14.993.671,95	
Depósito a prazo	27.499.955,27	0,15	19.925.095,95	0,35
TOTAL	65.564.383,09		34.918.767,90	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior depositante	5.101.751,31	7,00%	1.945.504,90	5,00%
10 Maiores depositantes	26.137.368,24	37,00%	11.283.884,68	31,00%
50 Maiores depositantes	44.657.397,78	64,00%	22.626.410,31	62,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de depósitos a prazo	(362.166,08)	(758.707,41)	(573.240,58)	(1.079.954,02)
Despesas de letras de crédito do imobiliário	(1.583,82)	(1.583,82)	-	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(47.348,10)	(76.358,82)	(27.081,83)	(50.365,13)
TOTAL	(411.098,00)	(836.650,05)	(600.322,41)	(1.130.319,15)

13. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	609.583,82	-
TOTAL	609.583,82	-

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média	2º sem/19	31/12/2019	Taxa média
Despesa letras de crédito do imobiliário	(1.583,82)	(1.583,82)	0,15	-	-	-

14. Relações interfinanceiras e obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2020		31/12/2019	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	De 4,15% a 7,2%	4.919.773,07	6.173.022,53	2.980.254,34	6.343.870,39
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(195.022,93)	(464.602,32)	(157.461,56)	(490.416,19)
TOTAL		4.724.750,14	5.708.420,21	2.822.792,78	5.853.454,20

As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 576.657,60 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de “Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses” (2019 R\$ 528.453,89);

15. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de pagamento (a)	4.331.000,00	1.918.857,00
Recebimentos em trânsito de terceiros	16,00	871,35
TOTAL	4.331.016,00	1.919.728,35

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.760,65	-	4.902,38	-
Sociais e estatutárias 16.1	1.293.577,09	-	1.045.140,83	-
Fiscais e previdenciárias 16.2	102.932,15	-	137.724,04	-
Diversas 16.3	629.296,06	4.449,63	486.778,47	10.009,05
TOTAL	2.027.565,95	4.449,63	1.674.545,72	10.009,05

16.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ordens de pagamento (a)	148.198,67	90.203,80
Recebimentos em trânsito de terceiros	399.391,91	381.539,94
Cotas de capital a pagar (b)	745.986,51	573.397,09
TOTAL	1.293.577,09	1.045.140,83

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de outras obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para impostos e contribuições s/lucros	117,72	49.044,17
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	4.100,78	4.321,63
Impostos e contribuições sobre salários	74.809,15	71.588,09
Outros	23.904,50	12.770,15
TOTAL	102.932,15	137.724,04

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por aquisição de bens e direitos (a)	965,64	-	661,84	-
Obrigações de pagamento em nome de terceiros (b)	117.759,61	-	57.299,28	-
Provisão para pagamentos a efetuar (c)	306.882,10	-	273.025,57	-
Provisão para passivos contingentes	-	-	-	6.000,00
Provisão para garantias financeiras prestadas (d)	88.382,00	4.449,63	101.507,40	4.009,05
Credores diversos – país (e)	115.306,71	-	54.284,38	-
TOTAL	629.296,06	4.449,63	486.778,47	10.009,05

- (a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas junto a fornecedores.
- (b) Referem-se às obrigações de pagamentos das contas salário.
- (c) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal e administrativas.
- (d) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.876.909,85 (R\$ 3.363.485,64 em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (e) Em credores diversos estão registradas pendências a regularizar junto ao Bancoob, relacionados aos serviços de compensação aguardando liquidação financeira.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDLÍDER** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020 e de 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	9.466.642,32	9.240.086,84
Associados	2.861	2.571

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 75%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 04/03/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento da Reserva Legal com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$153.268,88.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	1.945.661,42	766.344,40
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(17.851,97)	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.927.809,45	766.344,40
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 75%	(1.445.857,09)	(574.758,30)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(96.390,47)	(38.317,22)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	385.561,89	153.268,88

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Receita de prestação de serviços	168.924,67	694.196,64
Despesas específicas de atos não cooperativos	(84.740,80)	(60.835,37)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(66.373,28)	(270.589,54)
Resultado bruto de atos não cooperativos	17.810,59	633.361,27

20. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 253.701,96, equivalente a 100% da variação da SELIC. Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 162.193,25, equivalente a 30% da variação da SELIC.

21. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de adiantamentos a depositantes	77.632,52	250.744,45	119.728,46	248.698,64
Rendas de empréstimos	1.810.456,18	3.590.059,38	1.718.298,81	3.184.009,71
Rendas de direitos creditórios descontados	576.057,07	1.089.637,50	610.218,70	1.223.499,42
Rendas de financiamentos	7.822,30	9.059,41	770,60	770,60
Rendas de financiamentos rurais - Aplicações com recursos	39.219,20	202.645,33	168.206,44	271.234,34
Rendas de financiamentos rurais - Aplicações com recursos	0,00	10.854,98	10.932,27	44.453,76
Rendas de financiamentos rurais - Aplicações com recursos	251.892,74	354.045,62	62.567,43	183.496,90
Rendas de financiamentos rurais - Aplicações com recursos	5.374,15	57.219,47	33.271,54	33.271,54
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	416,05	416,05	0,00	0,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	155.052,07	231.592,10	25.558,00	150.404,33
TOTAL	2.923.922,28	5.796.274,29	2.749.552,25	5.339.839,24

22. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de captação	(411.098,00)	(836.650,05)	(600.322,41)	(1.130.319,15)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(272.072,24)	(576.657,60)	(272.165,52)	(528.453,89)
Provisões/reversões para op. de crédito e outros créditos	(504.584,69)	(930.452,31)	(757.569,34)	(2.188.039,99)
TOTAL	(1.187.754,93)	(2.343.759,96)	(1.630.057,27)	(3.846.813,03)

23. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de cobrança	224.198,00	429.579,96	215.299,50	444.423,41
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	117.305,82	262.301,88	208.457,91	445.809,14
TOTAL	341.503,82	691.881,84	423.757,41	890.232,55

24. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de pacotes de serviços – PF	1.327,50	2.483,50	1.173,00	1.776,50
Rendas de serviços prioritários – PF	53.252,50	99.713,00	41.299,50	78.342,00
Rendas de serviços diferenciados – PF	24.700,84	54.290,73	36.339,18	70.688,18
Rendas de tarifas bancárias – PJ	121.477,11	248.170,61	129.836,12	247.929,72
TOTAL	200.757,95	404.657,84	208.647,80	398.736,40

25. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(4.702,50)	(9.337,50)	(7.250,00)	(13.994,76)
Despesas de honorários - Direx e CA	(126.967,50)	(253.135,00)	(119.750,00)	(230.113,28)
Despesas de pessoal – Benefícios	(155.580,00)	(307.860,00)	(155.125,00)	(297.955,84)
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(261.178,52)	(502.356,90)	(221.464,10)	(439.545,89)
Despesas de pessoal – Proventos	(642.323,29)	(1.232.852,68)	(523.451,44)	(1.075.058,23)
TOTAL	(1.190.751,81)	(2.305.542,08)	(1.027.040,54)	(2.056.668,00)

26. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de água, energia e gás	(31.256,25)	(58.744,06)	(33.608,63)	(77.758,63)
Despesas de aluguéis	(25.339,98)	(49.297,74)	(23.694,00)	(45.501,00)
Despesas de comunicações	(55.313,27)	(107.167,74)	(50.190,27)	(101.696,09)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(11.056,63)	(24.927,41)	(6.430,33)	(22.681,13)
Despesas de material	(19.880,33)	(37.058,93)	(16.738,16)	(43.635,42)
Despesas de processamento de dados	(98.959,51)	(225.070,43)	(118.831,44)	(220.154,52)
Despesas de promoções e relações públicas	(730,00)	(23.905,26)	(37.325,87)	(50.475,33)
Despesas de propaganda e publicidade	(16.257,50)	(38.842,50)	(25.550,00)	(40.716,75)
Despesas de publicações	0,00	(402,00)	0,00	0,00
Despesas de seguros	(5.702,68)	(15.992,57)	(6.538,54)	(11.212,18)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(182.759,90)	(401.159,54)	(196.594,13)	(436.363,97)
Despesas de serviços de terceiros	(49.140,72)	(96.671,88)	(42.209,89)	(74.526,78)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(146.647,15)	(292.105,55)	(143.255,38)	(285.738,22)
Despesas de serviços técnicos especializados	(92.529,43)	(242.980,14)	(161.758,68)	(263.366,57)
Despesas de transporte	(37.483,78)	(93.370,96)	(51.397,95)	(123.452,85)
Despesas de viagem ao exterior	(2.166,56)	(2.166,56)	0,00	0,00
Despesas de viagem no país	(1.725,64)	(6.067,59)	(17.381,70)	(24.664,01)
Despesas de amortização	(3.590,07)	(7.072,89)	(4.153,05)	(13.048,29)
Despesas de depreciação	(109.000,73)	(212.970,17)	(103.651,81)	(213.128,28)
Outras despesas administrativas	(74.051,07)	(91.434,01)	(12.792,56)	(29.588,17)
Emolumentos judiciais e cartorários	(15.812,05)	(26.531,84)	(17.920,30)	(22.702,21)
Contribuição a OCE	(16.476,41)	(29.817,78)	(16.875,06)	(30.756,12)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(29.646,72)	(64.956,60)	(31.153,56)	(67.047,28)
TOTAL	(1.025.526,38)	(2.148.714,15)	(1.118.051,31)	(2.198.213,80)

27. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de encargos e despesas	39,00	1.068,37	4.078,24	6.246,44
Deduções e abatimentos	-	15,94	-	2.802,24
Distribuição de sobras da central	-	31.073,47	-	52.310,98
Rendas de repasses Del Credere	160,72	1.524,88	4.107,76	5.590,17
Outras rendas operacionais	339.113,25	643.536,23	57.586,90	62.556,06
Rendas oriundas de cartões de crédito	114.778,26	316.206,52	316.244,81	670.467,94
TOTAL	454.091,23	993.425,41	382.017,71	799.973,83

28. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de crédito - despesas de descontos concedidos em renegociações	(6,99)	(1.957,56)	-	-
Outras despesas operacionais	(28.068,67)	(42.269,59)	(8.430,59)	(17.092,73)
Descontos concedidos - operações de crédito	(4.031,55)	(12.677,47)	(3.211,76)	(3.888,52)
Cancelamento - tarifas pendentes	(3.402,00)	(8.794,50)	(2.150,00)	(5.491,00)
TOTAL	(35.509,21)	(65.699,12)	(13.792,35)	(26.472,25)

29. Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em transações com valores de bens	-	22.000,00	-	-
Ganhos de capital	2.670,00	4.760,34	1.550,00	1.550,00
(-) Perdas de capital	(95,08)	(95,08)	-	-
(-) Outras despesas não operacionais	-	-	-	(30.000,00)
Resultado Líquido	2.574,92	26.665,26	1.550,00	(28.450,00)

30. Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de grupo econômico	1.055.971,41	0,8237%	(9.583,42)
P.R. – Sem vínculo de grupo econômico	2.448.165,60	1,9096%	(32.779,44)
TOTAL	3.504.137,01	2,7332%	(42.362,86)
Montante das operações passivas	1.996.061,74	1,8159%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque especial	16.961,61	(886,86)	2,1313%
Financiamentos rurais	2.482.821,53	(29.074,66)	23,7735%
Empréstimos	354.195,18	(10.974,82)	2,1337%
Direitos creditórios descontados	162.035,41	(3.137,79)	4,2611%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a vista	1.183.490,80	3,1162%	-
Depósitos a prazo	1.424.952,84	5,1817%	0,1658%
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	58.160,07	9,5409%	0,1479%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Direitos creditórios descontados	2,4000%
Empréstimos	1,6634%
Aplicação financeira - Pós Fixada	97,7921%
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	0,1481%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e financiamentos	0,5517%
Títulos descontados e cheques descontados	1,3131%
Crédito rural (modalidades)	2,8792%
Aplicações financeiras	1,8159%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta garantida	10.369.201,92
Direitos creditórios descontados	177.137,55
Empréstimos	688.114,38
Financiamentos rurais – repasses	5.619.800,00

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2020	31/12/2019
113.765,51	107.605,67

f) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 E DE 2019 (R\$)		
Honorários - Conselho Fiscal	(9.337,50)	(13.994,76)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(253.135,00)	(230.113,28)
Encargos sociais	(65.908,36)	(60.218,25)

31. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER - SICOOB CREDLÍDER**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDLÍDER** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB SP**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante – Relações interfinanceiras centralização financeira (nota 6)	58.532.472,19	5.898.439,70
Ativo permanente – Investimentos (nota 10)	1.094.463,32	1.017.690,23

32. SicoobSP Corretora de Seguros Ltda.

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a SicoobSP Corretora de Seguros, sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos. A participação do Sicoob Credlíder em 31 de dezembro de 2020 era de 0,22% nas cotas de capital integralizadas, no total de R\$ 215,00. (Nota 10).

33. Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda.

No decorrer do Exercício de 2020, foi constituída a Ativos SicoobSP Securitizadora Ltda., sendo uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelo Sicoob São Paulo, com participação de 51% nas cotas de capital integralizadas e pelas cooperativas singulares associadas ao Sicoob São Paulo. A sociedade tem por objetivo social a compra e administração de operações de crédito, aquisições de bens móveis e imóveis e participação em outras sociedades. A participação do Sicoob Credlíder em 31 de dezembro de 2020 era de 0,22% nas cotas de capital integralizadas, no total de R\$ 215,00. (Nota 10).

34. Gerenciamento de risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

34.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

34.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

34.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

34.4 Risco de crédito e risco socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

34.5 Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

35. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência (PR)	16.288.930,66	14.028.884,10
Ativo ponderado pelo risco (RWA) – Regime Prudencial Simples	52.344.768,60	44.034.273,47
Índice de Basileia	31%	32%

37. Provisão para demandas judiciais

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDLÍDER**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.000,00. Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis.

VOTUPORANGA-SP

OSVALDO PEREIRA CAPRONI

DIRETOR PRESIDENTE

JESUS BACANI

VICE-PRESIDENTE

MICHELE APARECIDA TAVARES PINTO

CONTADORA CRC 1SP260623/O-9

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER - SICOOB CREDLÍDER
Votuporanga - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDLÍDER - SICOOB CREDLÍDER, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDLÍDER em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 26 de março de 2021.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador CRC MG-075.505/O-3

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito Credlíder – SICOOB CREDLÍDER, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB CREDLÍDER completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os associados, investindo, portanto, no desenvolvimento da economia local. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB CREDLÍDER obteve um resultado antes das destinações e pagamento de juros ao capital no montante de R\$ 2.199.363,38, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 13%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram a importância de R\$ 58.532.472,19. Por sua vez a carteira de crédito representava o valor bruto de R\$ 32.810.501,75.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 10.443.642,47	32%
Carteira Comercial	R\$ 22.366.859,28	68%

Os 50 (cinquenta) Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 64% da carteira, no montante de R\$ 20.965.160,00.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 66.173.966,91, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 90%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos a vista	R\$ 38.064.427,82	58%
Depósitos a Prazo	R\$ 27.499.955,27	42%
LCI – Letras de Crédito Imobiliário	R\$ 609.583,82	1%

Os 50 (cinquenta) Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 67% da captação, no montante de R\$ 44.657.398,00.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDLÍDER era de R\$ 16.288.931. O quadro de associados era composto por 2.861 associados, havendo um acréscimo de 10% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), permitindo, assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDLÍDER adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos com clara separação de funções. É responsabilidade do Conselho de Administração as decisões estratégicas e cabe à Diretoria Executiva a execução das decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Destacamos a adesão junto a Central Sicoob São Paulo, desde o ano de 2016, dos serviços centralizados de controles internos, contabilidade e folha de pagamentos. A centralização dos serviços à Central oportuniza maior dedicação aos negócios da cooperativa, padroniza processos, procedimentos e sistemática, reduz custos, além de obter ganho de escala, qualidade, padronização e confiabilidade nas informações disponibilizadas.

As informações contábeis são auditadas por empresa de auditoria externa que examinam, atestam a integridade e veracidade das contas ao emitir pareceres de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e dá conhecimento por meio do relatório da auditoria realizada, seu principal instrumento de comunicação, ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Todos esses processos estão sujeitos à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil, órgão que têm por objetivo manter a higidez e a eficiência do Sistema Financeiro Nacional.

Tendo em vista que risco é onipresente em toda atividade, muitas das decisões financeiras domésticas, de empresas de negócios, em especial, as instituições financeiras são focalizadas na gerência de risco. Desse conceito nasce a necessidade de se estabelecer um mecanismo de gerenciamento, que na cooperativa denomina-se Gestão de Riscos, entendido

como a maneira de dirigir pessoas e processos com o intuito de mitigar ou eliminar as possibilidades de perdas ou danos acometidos por erros, falhas ou fraudes na cadeia das atividades, sejam elas internas ou externas à Cooperativa. Para minimizar possíveis perdas a cooperativa utiliza-se como referência, manuais das melhores práticas de concessão de crédito, cancelados tanto pela Confederação quanto pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacam-se: o Regimento Interno do Conselho de Administração, o Regimento Interno do Conselho Fiscal, o Regimento Interno da Diretoria Executiva e o Regulamento Eleitoral.

Todos os mecanismos de controle permitem à cooperativa demonstrar como são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre associados, Conselho de Administração, Diretoria, Órgãos de fiscalização e controle, e demais partes interessadas, levando transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos pela AGO, os conselheiros fiscais da cooperativa têm mandato até a AGO de 2022. O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização e controle da governança, tem sob sua responsabilidade salvaguardar os interesses dos associados ao negócio cooperativo. Sua importância está na responsabilidade legal em fiscalizar os atos dos administradores, além de analisar, frequentemente e minuciosamente, os fatos importantes e relevantes que acontecem nas atividades operacionais da sociedade cooperativa.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDLÍDER aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os ingressantes na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

O SICOOB CREDLÍDER aderiu ao convênio para compartilhamento e utilização do Componente Organizacional de Ouvidoria Único do SICOOB, definido como mecanismos oficiais destinados ao acolhimento de reclamações, de denúncias e de sugestões de clientes e de cidadãos, que auxiliam no acolhimento e no monitoramento das normas relacionadas à ética e à conduta. O sistema é composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria, tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos e serviços, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, o Componente de Ouvidoria Único do SICOOB registrou 06 (seis) manifestações sobre os produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, havia reclamações, pedidos de esclarecimentos e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 06 (seis) manifestações, 01 (uma) foi considerada procedente solucionada e 05 (cinco) improcedentes, todas respondidas dentro dos prazos legais e de acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou Resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme prescreve a Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no Art. 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as modalidades: depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop tiveram início no mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do Art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Eterno agradecimento aos Conselheiros de Administração e Fiscal, a Diretoria Executiva e aos colaboradores pela dedicação e comprometimento, dedicando-se integralmente para que nossos cooperados nos dê a preferência e confiança, principalmente no momento atual em que a sociedade está vivendo, demonstra a necessidade cada vez maior de cooperação e colaboração, objeto do cooperativismo.

Votuporanga (SP), 19 de março de 2021.

Conselho de Administração

Osvaldo Pereira Caproni

Presidente